

PETER RUSSELL

HENRIQUE O NAVEGADOR

NOVA EDIÇÃO COM PREFÁCIO DE LUÍS MIGUEL DUARTE



LIVROS
HORIZONTE

PETER RUSSELL

HENRIQUE, O NAVEGADOR

*O príncipe lusitano que, inspirado pelos céus,
Despertou o género humano para o amor da proveitosa glória
E num comércio sem fronteiras aproximou o mundo.*

James Thomson, *The Seasons*, Summer, 11.1010-12

Para Anthony Pagden – *despertador de almas
durmientes* – com gratidão e afeto.

Título:

Henrique, o Navegador

Título original:

Prince Henry 'The Navigator'

A Life

Autor:

Peter Russell

Tradução:

Ana Carvalho

Revisão técnica e científica:

Armando de Sousa Pereira

Revisão tipográfica:

Susana Baeta

Capa:

© C&P Design



© Yale University, 2000

© Livros Horizonte, 2004

ISBN 978-972-24-1329-9

Paginação:

Gráfica 99

Impressão:

Eígal

2.^a edição, maio de 2016

Dep. Legal n.º 407202/16



Coleção: Horizonte Histórico 15065

Reservados todos os direitos de publicação
total ou parcial para a língua portuguesa por
LIVROS HORIZONTE, LDA.

Rua das Chagas, 17-1.º Dt.º – 1200-106 LISBOA
www.livroshorizonte.pt

O Infante e o espião

Como se resume e se narra a vida de um homem? Sobretudo quando esse homem contou com muitos anos na sua vida e com muita vida nos seus anos? Quando esse homem teve uma existência extraordinária, incomum? Quando esse homem só permitiu que fosse conhecido pelos outros aquilo que muito bem entendeu, cuidando da sua imagem perpétua, do seu legado, de tal forma que hoje nos podemos até interrogar, com pertinência, se é possível escrever a sua biografia, tão escassos e tão ‘armadilhados’ são os vestígios que nos deixou?

Talvez escrever a biografia de um homem assim não esteja ao alcance de um historiador. Talvez seja apenas empresa para um romancista de talento, que consiga preencher com imaginação, sensibilidade e magia no uso das palavras tudo aquilo que não sabemos nem nunca saberemos acerca dessa poderosa personagem. Talvez só mesmo um romancista...

Um romancista não precisa de fazer navegação de cabotagem, como as galés medievais, como nós, historiadores, adentrando-se brevemente pelo mar para logo regressar ao abrigo de um porto seguro, a sua humilde nota de pé de página, essa que indica a todos os seus pares onde foi buscar a informação para dizer aquilo que disse, dessa forma permitindo, a todos eles, que infirmem, confirmem ou completem a sua comedida dedução. O romancista não: pode voar mesmo até perto do sol, muito longe no mar, muito fundo na alma humana, sem destino por um destino humano fora, sem quaisquer amarras que não sejam os limites da sua imaginação e as possibilidades do seu génio.

Não é só isto; é mais. Repasso melancolicamente os textos que nós, historiadores, escrevemos, os textos que eu, historiador, escrevi: são páginas limpas e escorreitas, lógicas, com um sentido, com princípio, meio e fim. São páginas honestas. Mas em quase todos eles avanço por deduções rasteiras, por causalidades básicas; e sempre, no fim, aquela conclusão satisfeita de quem inventou um problema e o resolveu a contento, seguindo com escrúpulo as regras que os seus mestres lhe ensinaram como sendo sagradas no seu ofício. E são. Se isso é visível em qualquer modesto artigo de história política, económica, o que seja, com objetivos limitados, é-o particularmente em obras de maior fôlego e, por todas, em biografias. Tivemos oportunidade, nos últimos anos, de experimentar o género, com os reis e as rainhas de Portugal e não só. Das várias dezenas

publicadas, não há duas iguais, porque os biografados não o foram e sobretudo os historiadores que as redigiram tampouco o são. Mas atrever-me-ia a encontrar em todas elas – claramente na que escrevi – um “ar de família”. Os historiadores, como os cronistas evocados por Armindo de Sousa, instalados confortavelmente aquém dos factos, passeiam-se para trás e para a frente no tempo como profetas. E permitem-se fazer excelentes prognósticos antes dos jogos, pela simples razão de que sabem há muito como é que esses jogos terminaram. Daí as nossas narrativas finalistas, previsíveis, bem encadeadas, onde raramente habitam a dúvida e o espanto. Então não se olha para o bastardo João, feito Mestre de Avis com seis ou sete anos, e não se adivinha logo nele o vencedor de Aljubarrota, o rei de Boa Memória, o pai da Ínclita Geração? Mesmo D. Manuel, que ao nascer era o oitavo na linha da sucessão – quer dizer, tinha sete candidatos ao trono de D. João II à frente dele –, no fundo sempre se percebeu que estava ali um inevitável rei, fadado a ser “Venturoso”. Depois de veementes profissões de fé proclamando o nosso distanciamento crítico, acabamos a aceitar tacitamente o que nos contam os cronistas: bastava ter visto nascer D. Henrique ou o seu irmão D. Fernando; nesses partos já estava tudo o que iria ser o extraordinário destino dos dois infantes.

Habitados desde o início dos nossos estudos de graduação a fugir da chamada história contrafactual como o diabo da cruz (e se D. Sebastião não tivesse morrido em Alcácer-Quibir?), na minha opinião confundimos os planos. O que um historiador não pode é, partindo de uma premissa hipotética (“E se os juncos chineses do almirante Zeng He tivessem sido os primeiros a contornar o Cabo da Boa Esperança, de leste para oeste, e um belo dia surpreendessem os lisboetas nas suas fainas ribeirinhas?”), construir toda uma história alternativa, também ela hipotética, porque as variáveis na História e nos comportamentos humanos são tão numerosas, tão difíceis de avaliar e há tantas de que nem suspeitamos, que esse exercício seria no mínimo inútil e, no máximo, intelectualmente desonesto. Mas penso que podemos, e devemos, usar com naturalidade o “E se...?”, apenas para nos lembrar que só excepcionalmente os homens não se confrontaram com diversas possibilidades, que só excepcionalmente dispunham de toda a informação de que precisavam, que as coisas não tinham forçosamente de acontecer como aconteceram e de acabar como acabaram. D. João I ou Nuno Álvares podiam perfeitamente ter morrido em Aljubarrota; nas batalhas morrem pessoas. O barco que o regente D. Pedro mandou a Ceuta com ordens ao capitão da praça para a devolver aos muçulmanos, resgatando assim o Infante D. Fernando, podia não se ter cruzado com piratas que fizeram abortar a missão. D. Filipa podia ter falecido durante o primeiro ou o segundo parto (como faleceram os dois primeiros filhos, Branca e Afonso); se assim tivesse sucedido, adeus Duarte, Pedro e Henrique. E se a armada a Ceuta tivesse ido ao fundo (sabemos bem como esteve quase a ir, não uma, mas duas vezes)? Essas formulações condicionais e hipotéticas, se travadas imediatamente aí, servem para nos lembrar que as coisas não tinham que ser como foram, que podiam ter percorrido caminhos diferentes e mesmo opostos, que a História de Portugal, como a nossa vida (como a minha vida, pelo

menos), está cheia de acasos, de coincidências, de aleatório, de imprevisto, de sucessos que no momento temos dificuldade em compreender (e alguns nunca compreendemos). Acontece que os nossos antepassados sabiam muitas coisas que desconhecemos, e nós sabemos hoje outras tantas, ou mais, que eles ignoravam. Mas era com a consciência possível do seu tempo que eles tomavam as suas decisões e procuravam orientar a sua vida. No caso do biografado nesta obra, o Infante D. Henrique, foi com as preciosas revelações e sugestões facultadas pelo seu horóscopo, mais a educação que teve (e que desconhecemos praticamente na totalidade), mais o exemplo do pai e dos irmãos mais velhos, mais a religiosidade que lhe foi inculcada e que ele viveu à sua maneira, mais os heróis que o inspiraram, tudo caldeado com os meios e as informações de que dispunha em cada momento, que ele fez o que fez, decidiu o que decidiu, alternou certezas com dúvidas, admiráveis façanhas com falhanços épicos.

Defendo por isso um estilo menos assertivo, menos linear, defendo a utilização frequente da dúvida, da interrogação, a sugestão de outros possíveis, a confissão desarmada da ignorância ou da surpresa, defendo a aproximação da escrita da História daquilo que sei (quase nada e cada vez menos) da vida. Os que me leem, se alguns, podem pensar que me movo ou no terreno do puro senso comum, que às vezes pode prestar inestimáveis serviços ao historiador, mas geralmente empobrece, quando não inutiliza, as nossas *démarches* intelectuais, ou na perigosíssima, para não dizer fatal, indistinção entre os registos histórico e ficcional. Conceder-me-ão que me procuro alçar um pouco acima desse impressionismo pedestre; e que não me preocupei em utilizar outros conceitos ou arsenais de argumentação porque Peter Russell e o seu magnífico livro conviveriam mal com eles. Ainda assim, devo esclarecer que assento estas 'intuições' na clássica classificação das funções da linguagem de Roman Jakobson e, sobretudo, na atualização que delas fez M.A.K. Halliday em numerosos trabalhos¹. A minha convicção, que gostaria de tentar demonstrar em outra oportunidade, é a de que a narrativa dos historiadores utiliza, senão diferentes funções da linguagem, pelo menos distintas combinações e frequências de algumas dessas funções (com ênfase particular nas funções informativa e apelativa, em detrimento de outras como a narrativa e a criativa, mais presentes na literatura). Ou seja, que os raciocínios implícitos nas nossas explicações, por serem relativamente pobres, têm tradução nos nossos enunciados linguísticos; até nos tempos verbais que utilizamos sem deles termos consciência. Se os discursos são ferramentas que fazem coisas (J. R. Martin), não poderia eu, historiador, fazer 'coisas' mais complexas, mais suspensas, mais inacabadas, com os meus discursos, aprendendo a usar os correspondentes enunciados linguísticos? A contas com a sua biografia de Filipe III, notava o Prof. António de Oliveira, com as suas imensas inteligência e humanidade: "Toda a vida me disseram que deveria escrever sem

¹ Por todos, *Explorations in the Functions of Language*, London: Edward Arnold, 1973. Agradeço à minha irmã, Isabel Margarida Duarte (da Universidade do Porto), a paciência com que tentou iniciar-me nestas andanças.

adjetivos! E é nesta fase da vida que ando a reaprender a utilizar os adjetivos!” Não deveríamos nós, historiadores, reaprender a pensar e a escrever?²

Retomo o fio à meada. Acredito que para nos aproximarmos o pouco que nos é permitido da vida de um homem extraordinário como foi o Infante D. Henrique, não podia haver ninguém melhor do que outro homem extraordinário, o historiador Peter Edward Russell. Explico porquê.

A MISTERIOSA VIDA DE SIR PETER EDWARD RUSSELL

Assim mesmo, no melhor estilo de livro de aventuras juvenil, que continua a encantar alguns adultos (pelo menos um: eu). Peter Edward Lionel Russell Wheeler nasceu do outro lado do mundo, exatamente nos antípodas, como aprendíamos no 1º ano do liceu: o outro lado do globo em relação a Portugal é a Nova Zelândia. O historiador veio ao mundo em Christchurch, no dia 24 de outubro de 1913, nove meses antes do início da Grande Guerra. Como se a ironia começasse logo aí; como se fosse preciso vir alguém da Nova Zelândia para fazer uma biografia decente do Infante D. Henrique.

O seu pai era oficial do exército britânico. Na adolescência, os pais divorciaram-se e ele veio com a mãe para Inglaterra; na mesma altura deixou cair o apelido paterno, Wheeler, mantendo apenas o da mãe, Russell. Estudou num prestigiadíssimo colégio, Cheltenham, e depois na Universidade de Oxford, no Queen’s College, onde concluiu com brilhantismo uma licenciatura em Línguas Modernas. Começou a sua investigação com o seguinte tema: “A Aventura do Príncipe Negro na Península Ibérica”. Esta primeira escolha científica já diz muito sobre ele: Edward de Woodstock, conhecido como “Príncipe Negro”, era o filho mais velho do rei Edward III Plantageneta, e por isso estava destinado a suceder-lhe na Coroa de Inglaterra. Para os leitores portugueses interessará mais saber que o Príncipe Negro foi o primeiro dos onze filhos do rei, dos quais o sexto se chamava John of Gaunt – precisamente o pai de Filipa de Lencastre, futuro sogro do nosso D. João I. Edward provou o seu valor militar na batalha de Crécy, em 1346, comandando um destacamento de infantaria frente às sucessivas cargas da poderosa cavalaria francesa. Tinha feito 16 anos dois meses antes. A história dele não cabe aqui, até porque morreu um ano antes do pai, a dias de completar 46 anos, e por isso nunca chegou a rei. Foi esta fascinante personagem que Russell escolheu para estudar. Era dirigido por um severo historiador, Sir Frederick Maurice Powicke, *Regius Professor* na Universidade de Oxford desde 1925. Nas palavras de um medievalista inglês, Powicke era um homem pequeno, duro e

² Já depois de estas páginas estarem em provas, tive conhecimento de que acaba de ser publicado, pelas Éd. Seuil, um livro que desenvolve precisamente estas ideias: Quentin Deluermoz e Pierre Singaravélou, *Pour une histoire des possibles* (que Michel Winock noticiou, sob o título: “Pour une histoire plus audacieuse!”)

difícil, que quando chegou a Oxford estava determinado a revigorar a História e a transformar aquela universidade no primeiro centro britânico de investigação histórica. Este posto, quase melhor esta dignidade de “Régio Professor” (o latim, *regius professor*, dá-lhe uma outra solenidade), existia na Universidade de Oxford desde 1724 e devia o título ao facto de a primeira nomeação ter sido feita pelo rei George II, da Casa de Hannover. O lugar foi ocupado por medievalistas na maior parte destes quase três séculos³.

Entretanto começou a 2.^a Guerra Mundial, e Peter Russell interrompeu os seus estudos. Regressou à Universidade de Oxford no fim do conflito, tendo sido nomeado “Leitor de Estudos Espanhóis” e *fellow* do Queen’s College. Instalou-se então, para o resto da sua vida, “nos seus famosos North Oxford Lodgings, rodeado por uma das melhores coleções privadas de arte medieval castelhana e dos primeiros livros impressos naquele reino” – roubei as palavras à evocação póstuma feita por um dos seus discípulos ingleses. Alguns de nós tivemos a sorte e o infinito privilégio de sermos recebidos por ele nessa casa profundamente acolhedora.

Entretanto vagara uma prestigiadíssima posição docente na Universidade de Oxford: a cátedra *King Alfonso XIII Professor of Spanish Studies*. Mais virada para a literatura, esta cátedra, instituída em 1927, foi ocupada no ano seguinte por Salvador de Madariaga, escritor, ensaísta, embaixador da Espanha Republicana em Washington e em Paris, ministro da Educação em 1934 e depois exilado durante décadas até à morte de Franco. Entre 1928 e 1952, a cátedra teve como titular um excelente medievalista, bom conhecedor da História de Portugal, William Entwistle⁴. Com o falecimento deste, perfilaram-se vários candidatos de peso para o lugar, correndo mesmo a história de que a esposa de um deles já tinha tirado medidas para os cortinados da nova casa onde pensava vir a instalar-se. Peter Russell não tinha ainda 40 anos, não publicara nenhum livro, apenas alguns artigos científicos, poucos e não especialmente extensos, até por ter participado na Guerra de 39-45. Apesar disso, o vice-chanceler da universidade incitou-o a apresentar a sua candidatura à última hora e, para surpresa de muitos e despeito de alguns, foi escolhido. Ocuparia a cátedra Alfonso XIII desde 1953 até à sua reforma, em 1981, provando que a sua escolha improvável fora acertadíssima: os estudos hispânicos floresceram muito graças ao seu magistério, ao mesmo tempo que ele se tornava num dos mais respeitados historiadores da história e da literatura portuguesa e espanhola medievais e modernas.

Nos anos que se seguiram ao regresso a Oxford retomou o ‘seu’ Príncipe Negro. A investigação traduzir-se-ia num livro muito maior do que o projeto inicial:

³ Por curiosidade no momento em que escrevo, o posto é ocupado pela primeira vez por uma mulher, a modernista australiana Lyndal Roper, nascida em 1956 e especialista em estudos sobre feitiçaria.

⁴ Nascido na China, filho de um casal de missionários de origem escocesa, conseguiu que a importância dos Estudos Portugueses fosse reconhecida pela primeira vez na Universidade de Oxford. Colaborou naquela que é, sem dúvida, a melhor edição da *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes.

*A Intervenção Inglesa em Espanha e Portugal no tempo de Eduardo III e Ricardo II*⁵. Com mais de 600 páginas, a obra é um dos livros mais importantes para a história medieval peninsular. Foi traduzida para português quarenta e cinco anos depois de publicada⁶; e nunca foi traduzida para castelhano nem para catalão. Durante o franquismo, entendia-se que o livro dava demasiado destaque à aposta aragonesa da Coroa inglesa, em detrimento da castelhana. Depois do franquismo... bem, depois do franquismo não faço ideia do que entenderam. Apenas constato que o livro continua por traduzir.

Durante a 2.^a Guerra Mundial, Peter Russell foi basicamente um espião. Entro de chofre num dos capítulos mais fascinantes e mais misteriosos da sua vida, aliás fadado para continuar misterioso para sempre; pelo menos assim o espero. Creio que o historiador neozelandês se divertiu imenso a alimentar o mistério, contando aqui e além um ou outro episódio, geralmente pitoresco, dessa fase da sua vida. Pensa-se que, depois de ter sido selecionado para *intelligence work* antes da guerra, foi recrutado pelo Intelligence Corps em 1940 – sabemos como Oxford e Cambridge foram verdadeiros alfobres de espiões britânicos e de agentes duplos. Creio que a sua atividade de espionagem começou antes, precisamente devido a uma das histórias que Russell contava. Um belo dia, andava ele em inocente (?) viagem pela Galiza na época da Guerra Civil de Espanha quando descobriu, ao acordar, que se hospedara no mesmo hotel que o Estado-Maior da Legião Condor, o corpo expedicionário de Hitler que ajudou decisivamente Franco a derrotar os Republicanos. Foi imediatamente detido e conduzido até à fronteira portuguesa de Valença onde, suprema coincidência ou azar dos Távoras, era aguardado por agentes da PIDE que, não podendo detê-lo, não o perderam mais de vista. Num episódio delicioso que tive já oportunidade de contar nas páginas do *Público*, uma tarde, quando estava sentado num café, Russell levantou-se e abordou diretamente o agente da PIDE de turno, dizendo-lhe qualquer coisa do género: “Pode tirar o resto da tarde. À noite vou experimentar um restaurante do qual ouvi dizer muito bem, chamado *Escondidinho*. Já sabe onde me encontrar...”. O agente, apanhado de surpresa, fingiu ignorá-lo. Mas ao jantar lá estavam os dois no *Escondidinho*, com Russell já excessivamente alegre graças ao generoso vinho verde português, a erguer o seu copo em saudação para a outra mesa, onde o seu vigilante, enfiado, devia estar a pensar como iria justificar aos seus superiores a conta de um restaurante de luxo.

Esta contou-me ele. Mas há muitos outros rumores divertidos que ele nunca confirmou nem desmentiu, porque tirava dessa ambiguidade um imenso prazer. Por exemplo, parece que esteve em Lisboa, oficialmente adscrito à escolta e segurança do Duque de Windsor (não oficialmente, e perante as suspeitas de que

⁵ Oxford, The Clarendon Press, 1955.

⁶ Excelente tradução de Maria Ramos; edição da Imprensa Nacional – Casa da Moeda, com o título *A Intervenção Inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos* (e uma, como dizer isto com jeito?, vistosa capa cor de rosa viva e brilhante).

este podia apoiar a Alemanha nazi e viajar para lá, encarregado de despachar o duque num barco para os Estados Unidos. Ou de lhe dar um tiro, em alternativa, caso o cavalheiro se mostrasse renitente). O meu amigo João Gouveia Monteiro escreveu que ele teria passado largas temporadas em Java, empoleirado numa árvore com um transmissor de ondas curtas. Em 1942 foi recrutado para o MI5, com a patente de capitão, e pouco depois colocado na Jamaica, para vigiar os espões do Eixo. No ano seguinte, já major, foi mandado para Acra (atual Gana; naquele tempo, Costa do Ouro, centro maior do tráfico negreiro europeu e colónia britânica à força desde 1873). Durante a guerra, Acra, uma pequena aglomeração, passou por um forte crescimento urbanístico. Peter Russell apresentava-se como encarregado da proteção do Ministro Residente da Grã-Bretanha para a África Ocidental, Lord Swindon. Na realidade, coordenava a contraespionagem britânica, uma vez que os espões alemães seguiam atentamente os comboios de navios que transportavam alimentos e minério da África Ocidental para a Grã-Bretanha. Em 1945, estava em Ceilão, desta vez ocupado com os espões japoneses; conseguiu recrutar um deles, convertê-lo em agente duplo e consta que se divertiu à grande passando informações falsas à marinha do Império do Sol Nascente. Assim que a guerra acabou, conduziu esse agente em segurança até Singapura, onde chegou logo após a rendição japonesa.

Em 1946 deixou o MI5 com a patente de tenente-coronel. Comentava que não a merecia, porque nunca estivera em combate verdadeiro. Retomou a sua carreira académica e a investigação, a primeira terminada com a reforma, em 1981, a segunda só interrompida pela sua morte, no dia 22 de junho de 2006 (contava 92 anos).

SEMBLANZA DE UM PROFESSOR

Russell era um homem de trato encantador. Com uma estatura e um porte impressionantes, cabelo louro, depois de um branco imaculado, olhos azuis penetrantes e indecifráveis... “Indiscutivelmente o homem mais atraente de Oxford”, escreveria, com simpática desmesura, um dos seus discípulos. Excelente ouvinte, económico a falar⁷, como se espera de um cavaleiro da Rainha e antigo oficial da *British Intelligence*, divertia-se profundamente com a vida e em particular com o espetáculo das pobres vaidades humanas em que o mundo académico era e é pródigo. Tendo recebido ao longo da sua vida e carreira inúmeras distinções em Inglaterra, em Espanha e em Portugal, aceitava-as com humildade, graciosidade e sincero reconhecimento, para logo a seguir se rir delas – e de si próprio. Recordava com visível gozo um colóquio em Portugal, em que o convidaram para presidir a uma sessão. Recomendaram-lhe que, ao apresentar os dois oradores, tornasse claro que um era hierarquicamente superior ao outro, porque mais antigo

⁷ Portanto a tradução viva da convicção de um linguista que afirma que todos nós temos mais capacidades para ouvir do que para comunicar.

na carreira. Mas como é que o faço, interrogou-se, se são os dois catedráticos? Pelo tom da voz, esclareceram. E o seu enorme corpo sacudia-se com um riso contagiante em que não havia ponta de superioridade ou de condescendência.

A sua nomeação como “cavaleiro” pela rainha Isabel II deu oportunidade a outra história divertida. Visivelmente cansada, porque nessa cerimónia aconteceu ela distinguir numerosas personagens, a soberana fazia ainda assim questão de dirigir um pequeno comentário pessoal a cada um dos agraciados. Quando aquele homenzarrão neozelandês fletiu o joelho e baixou a cabeça perante ela, Isabel II perguntou-lhe em voz baixa: “*Where do you do it, Sir?*”, o que, num arremedo de tradução, daria algo como “Onde é que o senhor o faz?” Corado como um rabanete perante a real desfaçatez, sem se atrever a levantar a cabeça, o antigo tenente-coronel do MI5 balbuciou: “*Mostly in Oxford, Madam...*”, e retirou-se rapidamente. A rainha deu-se certamente conta, passados alguns momentos, da ambiguidade – para dizer o mínimo – da sua pergunta. Tratou de procurar Russell pelos jardins de Buckingham, no chá que se seguiu à cerimónia, e esclareceu: “Compreendeu decerto que o que eu lhe perguntei foi onde é que faz na maior parte do tempo o seu trabalho de historiador...”. “Naturalmente, minha Senhora”, respondeu com alívio o novel cavaleiro.

Para escrever estas toscas palavras, voltei a ler alguns dos textos de Peter Russell que há mais tempo não visitava, tentando responder a uma pergunta simples: o que fazia dele um historiador de exceção – na minha opinião, é claro, e na de muitos outros investigadores? Penso que não era um só fator, mas um feixe deles, como geralmente acontece na História e nas nossas vidas. Sem entrar em linha de conta com as características pessoais e humanas de Russell, começo por lembrar que a sua formação de base fora em Línguas Modernas, com uma fortíssima componente literária. Algo que é geralmente desconhecido por quem não é do nosso meio, Peter Russell era igualmente especialista em História da Cultura e da Literatura Hispânicas, que estudava numa cronologia ampla, entre o século XIII e o XVII, pouco preocupado com as divisões tradicionais⁸. Excetuando os reinos de Granada e de Navarra, interessava-se pela história de toda a Península Ibérica: Portugal, Castela e Aragão (tendo o cuidado de distinguir, neste último, os dialetos aragonês, catalão e valenciano). Nos seus estudos sobre a literatura peninsular, ocupou-se em particular do *Cantar del mio Cid*, da *Celestina*, do *Quijote* e do problema das traduções para línguas ibéricas.

Conhecia muito bem as principais bibliotecas e arquivos ingleses e peninsulares; descobriu e tratou numerosos documentos inéditos; graças a alguns deles, por exemplo, conseguiu precisar a dimensão do contingente inglês que combateu em Aljubarrota, corrigindo convicções antigas, e destacou o protagonismo de uma frota de galés portuguesas a defender as costas de Inglaterra no final do século XIV. Com excelente formação em línguas clássicas e modernas,

⁸ Quando se reformou, em 1981, contava no seu *curriculum* 33 artigos, 18 dos quais eram sobre Literatura.

bem como sólidos conhecimentos de paleografia, de linguística e de teoria da literatura, Russell podia ser um erudito de primeira água, quando tal se revelava indispensável para a clarificação de um problema, mas essa erudição nunca era pretensiosa nem maçadora, porque usava as notas com contenção e mestria. A sua cultura e a sua sensibilidade literárias permitiam-lhe que, quando estudava um documento histórico, soubesse retirar de cada palavra, de cada frase, informações e intuições riquíssimas.

A sua invulgar experiência de vida contribuiu por certo para a riqueza das perguntas que formulava e das hipóteses que sugeria. Ele próprio explicou como sucessivos voos a baixa altura sobre a costa ocidental africana, nos aviões da Royal Air Force, lhe permitiram perceber melhor as hesitações e os avanços dos barcos portugueses ao longo dessa costa, no período henriquino, bem como detectar algumas identificações geográficas equivocadas feitas por esses navegadores.

Peter Russell não escreveu muito: apenas dois livros⁹, um como que a abriu a sua carreira, em 1955 (*A Intervenção inglesa na Península Ibérica durante a Guerra dos Cem Anos*), outro a encerrá-la (*Prince Henry, 'The Navigator'. A life*, em 2000). Pelo meio escassas dezenas de artigos, alguns dos quais se encontram reunidos numa coletânea de trabalhos de História e em outra de estudos de Literatura¹⁰. O que pode parecer tanto mais estranho quanto a sua carreira e a sua vida foram muito longas e teve sempre as melhores condições pessoais e profissionais para trabalhar. Julgo que escreveu pouco porque só o fazia quando tinha algo de verdadeiramente novo e de interessante para dizer; porque para se fazer um artigo bom, denso, inteligente, inovador e sobretudo útil é preciso muito, mas mesmo muito tempo: para pensar, para ler, para procurar, transcrever e analisar em toda a profundidade possível os documentos, para escrever com correção, sobriedade e elegância, para rever vezes sem conta o que se escreveu. Era um bom exemplo daquilo a que alguém chamou “o saudável empirismo inglês”¹¹: Russell conhecia bem a bibliografia, clássica e do seu tempo, em parte graças aos muitos amigos que cultivou e que lhe forneciam indicações sobre o que de mais recente e relevante se ia publicando. E tinha toda a preparação teórica de que precisava para os campos científicos em que se movia. Mas nunca fazia gala dela, evitava o exibicionismo bibliográfico. E sobretudo, ao longo de quase sete décadas, não fez a mínima concessão a modas historiográficas (tendo conhecido muitas). Por isso os seus textos estão limpos de “dinâmicas”, de “contextos” e de outros lugares-comuns que enxameiam os nossos. Se fosse vivo, aposto que Russell se riria com gosto das revistas hierarquizadas por categoria, das avaliações feitas por ignorantes, da obsessão por meter em grelhas e por dar notas ao trabalho científico nos inúmeros níveis da sua riqueza e diversidade, da arbitragem cega, das pontuações, do “fator de impacto”, da bibliometria e de outras imbecilidades afins que, vindas das ciências ditas exatas, onde a sua utilidade se tem revelado

⁹ Não incluo aqui coletâneas de artigos nem guias de trabalho que redigiu em colaboração.

¹⁰ Este último intitulado *Temas de 'La Celestina' y otros estudios: del 'Cid' al 'Quijote'*, Barcelona: 1979.

¹¹ A expressão é de Peter Linehan.

no mínimo duvidosa, a julgar pela quantidade, pela gravidade e pela extensão das fraudes na investigação científica que continuam a atingir todos os dias as mais 'arbitradas' e prestigiadas instituições e revistas, têm vindo a contaminar as ciências humanas e sociais a um nível alarmante, fazendo diminuir na mesma proporção a inteligência, a profundidade, a riqueza e portanto a perenidade daquilo que vamos publicando.¹² A carreira de Russell foi a negação viva do atual *publish or perish*, devido ao qual as primeiras vítimas a perecer são a qualidade, a inteligência e a utilidade da nossa investigação.

Peter Russell era muito inteligente, já o repeti, podia ser brilhante quando queria, estava em paz com a vida e consigo e por isso estava em paz com os outros. Nas suas conversas, sempre, e na sua escrita, aqui e além, servia-se de uma finíssima ironia, que às vezes só é perceptível a uma segunda leitura, às vezes nos deixa na dúvida se ele está ou não a brincar consigo próprio, connosco, com o personagem em análise – ou com todos ao mesmo tempo. Os seus textos, voltei a confirmá-lo, envelheceram melhor do que o melhor vinho do Porto, porque o conteúdo é excelente e porque a escrita é muito trabalhada e extremamente depurada e elegante. Leio artigos dos anos 50 e 60 e não lhes encontro uma ruga, não lhes mudava uma vírgula.

Interrompi a dada altura as notas biográficas porque depois do que acompanhámos não há nada de muito relevante a dizer. No dia em que fez sessenta anos, ficou feliz como uma criança com a prenda que lhe ofereceu um antigo aluno: um conjunto de lições para aprender a pilotar uma avioneta. E já na última fase da sua vida comprou um carro novo e vistoso, com o qual conduzia pelas estradas à volta de Oxford a velocidades não exatamente moderadas. Quando faleceu, continuava a ler, a estudar, a trabalhar. Lembro-me de comentar com amigos igualmente 'órfãos', como depois quando ficámos sem Manoel de Oliveira: a gente pensava que ele nunca ia morrer...

“NAVEGADOR”? QUAL “NAVEGADOR”?

Prince Henry, 'the Navigator': a life, publicado pela editora da universidade de Yale, no ano 2000, tem sido unanimemente considerado como a obra de uma vida. Peter Russell passou quase toda a sua carreira académica às voltas com a figura do Infante D. Henrique e a documentação que lhe dizia respeito, destacando-se nessa 'familiaridade' cinco artigos notáveis e profundamente inovadores: *Prince Henry, the Navigator* (1960), *O Infante D. Henrique e as Canárias: uma dimensão mal compreendida da biografia henriquina* (1979), *O Infante D. Henrique e o Libro del conocimiento del Mundo* (1981), *Prince Henry the Navigator: the Rise and Fall of a Culture Hero* (1983-84), e por último *Prince Henry and*

¹² Tudo isto traduz obviamente uma visão pessoal, já que ninguém teve a insensatez de me eleger para falar pelos historiadores portugueses, nem eu estaria interessado nisso.

the necessary end (1992) – o primeiro há 56 anos, o último há 24. No início de 1994, numa breve entrevista à *Oceanos*¹³, o historiador faz algumas revelações interessantes, e particularmente raras nele: que tinha na gaveta havia dez anos um esboço de biografia do Infante, que pensava utilizar como base para a obra que lhe fora encomendada pela Yale University Press e para a qual já pensara num título: *Useful Glory. The Age of Prince Henry the Navigator* (Uma glória útil. O tempo de Henrique, o Navegador). O tempo do Infante, e não uma biografia dele. Porquê? Respondeu: “O maior problema é tentar distinguir entre o que é mito e o que é historicamente verificável. Este problema é tanto maior quanto o próprio D. Henrique, em vida, fez tudo para se certificar de que a versão mítica da sua vida iria perdurar. Uma das formas foi dizendo ao seu historiador oficial, Gomes Eanes de Zurara, o que ele deveria escrever nas crónicas. É muito difícil separar o mito da História, sobretudo porque há muitas pessoas que gostam de mitos. Preferem a simplicidade e a certeza do mito às incertezas e ambiguidades que oferece a investigação histórica. Um exemplo disso é a imaginária Escola de Navegação de Sagres.”

Russell salientava duas ideias: o cognome de *O Navegador* foi inventado no século XIX por um geógrafo alemão (que se referiu a *Heinrich, der Seefahrer* no título de um livro em 1842). Ora este cognome é manifestamente desadequado para caracterizar D. Henrique, o qual navegou muito pouco (algumas viagens de rotina ao longo da costa portuguesa e poucas entre o Algarve e Ceuta, separados por uma pequena distância). Mais: está fora de discussão que era infinita a curiosidade do Infante por conhecer novas terras e novas rotas sempre mais e mais longe; mas estranhamente Henrique nunca parece ter manifestado qualquer interesse em visitar pessoalmente essas terras. Por isso o historiador explica: no título do livro, ficará *Henrique, o Navegador*, porque é assim que ele é conhecido e o *marketing* aconselha. Mas fora do título, nunca mais encontraremos esse cognome nas 400 páginas do livro.

Em 1994, como vimos, Russell pensava fazer a história do tempo do Infante e não a sua biografia, porque este deixara aos historiadores um terreno perigosamente minado. Apenas chegou até nós um documento substancial escrito por ele (aliás um texto curiosíssimo e revelador da figura humana, que sempre nos escapa): “Só recordo uma carta do Infante da qual se pode dizer estar em oposição em relação à imagem mais divulgada da sua personalidade. Trata-se de uma carta de D. Henrique para o seu pai que, velho e doente, não pode deslocar-se ao casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão. Nessa missiva, o Infante descreve o casamento. É uma carta divertida, engraçada e quase indecente. Conta, por exemplo, uma cena cómica: estava tanto calor que Leonor desmaiou e teve que ser levantada do chão. Imaginem, uma carta cómica deste homem! Não há sinal desse humor em nenhum outro documento que eu conheça.”

¹³ Publicação periódica (interrompida) da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Se nós hoje apregoamos que texto que não seja escrito em inglês não existe, Russell empenhou-se tanto quanto pode em que os seus trabalhos fossem publicados em português e em castelhano. Recebeu com enorme alegria a proposta de traduzir a sua tese, de 1955, e a biografia do Infante. Esta última foi concretizada pela Livros Horizonte, em 2004, ou seja, apenas quatro anos decorridos sobre a edição original americana. E já se encontra esgotada há algum tempo, motivo que levou os responsáveis a avançar com uma 2.^a edição. Convidado, mais por simpatia do que por mérito, a escrever um prefácio, não iria agora, para concluir, resumir o livro. Digo apenas, para terminar, que tal como o meu amigo João Gouveia Monteiro, que privou de perto com Peter Russell, este é um dos dez livros de História que eu levaria para uma ilha deserta. Aliás é mesmo um dos dez livros, de História ou não, que eu escolheria para me fazerem companhia na tal ilha. É uma obra de maturidade de um investigador de exceção, escrita com uma elegante economia de palavras, com inteligência e com humor, estimulante nas interrogações, sedutora nas propostas. Para nós, portugueses, sobretudo os da minha geração e os de gerações anteriores, que tiveram de conviver assiduamente com um Infante heroico, visionário, quase santo – e profundamente maçador, para não dizer enjoativo, esta biografia é uma lufada de ar fresco e de vivacidade. Destroí o que ainda resta do mito, sem matar a nossa curiosidade. Fala-nos de um homem que se sentia como um verdadeiro cruzado, que levou muito a sério o seu horóscopo e que tentou fazer com que a sua vida concretizasse as respetivas previsões, que sonhava ser rei: das Canárias, de Granada, do que fosse, já que de Portugal era impossível. Como descreveria o Infante?, perguntam ao historiador em 1994: como “uma pessoa interessante mas muito enigmática”.

Comecei estas páginas sugerindo que era preciso alguém excecional para se aproximar de outra personagem excecional. “Interessante” e “muito enigmático” – o que Russell disse do Infante aplicamo-lo perfeitamente a ele próprio. Só espero que o pouco que escrevi contribua para gerar, entre o leitor e o saudoso historiador neozelandês, alguma cumplicidade. Isso permitir-lhe-á por certo saborear ainda mais este livro fascinante.

Resta-me o encontro breve, dolorosamente breve, entre mim e ele. Guardo-o e revivo-o como um pequeno tesouro; tento tirar, desse encontro, inspiração e exemplo. Anda comigo. Fica comigo.

Porto, fevereiro de 2016

LUÍS MIGUEL DUARTE

(Universidade do Porto / Citcem)